

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo SRP nº 009/2015-017

Pregão Presencial

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de areia e brita para atender as necessidades básicas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canaã dos Carajás.

A Sr^a. **SARITA JULIÃO SANTOS**, Chefe da Divisão de Controle Interno do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canaã dos Carajás – PA, sendo responsável pelo Controle Interno com **Portaria n.º 009/2015**, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução n.º 11.410/TCM de 25 de Fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **Processo nº SAAE-009/2015-017** referente Registro de preços para futura e eventual aquisição de areia e brita para atender as necessidades básicas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canaã dos Carajás, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/2002 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue.

RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão deflagrado para Registro de preços para futura e eventual aquisição de areia e brita para atender as necessidades básicas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canaã dos Carajás.

O processo encontra-se instruído com os documentos necessários como a solicitação de licitação com justificativa, termo de referência, cotações de preços, solicitação de despesa, termo de autorização, autuação do processo, Portaria n.º 014/2015 – SAAE dispõe sobre a designação formal do pregoeiro e sua equipe de apoio, Portaria n.º 616/2015-GP dispõe sobre nomeação do diretor geral do SAAE, Portaria 009/2015 – SAAE dispõe sobre nomeação da Sr^a Sarita Julião Santos como chefe de Divisão de Controle Interno, Decreto n.º 691/2013 – dispõe sobre a regulamentação da modalidade de licitação denominada Pregão no âmbito do município de Canaã dos Carajás, Decreto n.º 686/2013 dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Registro de Preços no Município de Canaã dos Carajás, minuta de edital bem como parecer jurídico, edital com seus anexos e publicação, recibos de retiradas de edital, credenciamento, propostas, documentos de habilitação, ata dos trabalhos da sessão pública, termo de adjudicação, publicação do resultado, mapa de apuração, parecer jurídico, termo de homologação com publicação, convocação e ata de registro de preços com

publicação, solicitação de contratação bem como declaração de adequação orçamentária, termo de contratos com as devidas publicações.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

ANÁLISE

A Constituição Federal em seu artigo 37, XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública deverão ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se esposada na Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

A referida Lei prevê em seu artigo 2º a necessidade de licitação para contratações junto à Administração Pública, senão vejamos:

“As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei”.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O artigo 3º da referida lei discorre sobre os requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão, quais sejam, *verbis*:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua

classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor”.

No âmbito municipal, o pregão presencial é regulamentado através do Decreto nº 691/2013, cujo art. 3º, § 2º aduz o seguinte:

Os procedimentos adotados mediante a modalidade pregão destinam-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, em uma única sessão pública ou por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.

(...)

§ 2º - Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o disposto no Anexo único deste Decreto.

O caso em tela se subsume ao previsto no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços e a economicidade do procedimento, torna-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento.

O Sistema de Registro de Preços é previsto no artigo 15, II da Lei n.º 8.666/93 e está regulamentado neste Município pelo Decreto n.º 686/2013, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência, RDC ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último, nos termos do artigo 6º do referido decreto.

O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto.

No que tange à minuta do Edital, contrato e anexos, percebe-se que foram atendidos os preceitos do artigo 40 e 61 da Lei n.º 8.666/93.

Verifica-se nos autos a cópia da publicação no Diário Oficial do Município no dia 31 de Julho de 2015 com data de abertura do certame no dia 13 de Agosto de 2015, sendo respeitado o prazo mínimo de 8 dias úteis, conforme o artigo 4º, V da Lei nº 10.520/2002.

Retiraram o edital as empresas: F. RODRIGUES EUROPEU & CIA LTDA – EPP, KARAJÁS MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, GEOLOGIA CANAÃ EXTRATIVISMO MINERAL LTDA, H. NOGUEIRA DA SILVA E CIA LTDA e VALE DO CANAÃ CONSTRUTORA & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP.

Na abertura do certame compareceram as empresas KARAJÁS MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA e VALE DO CANAÃ CONSTRUTORA & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, sendo credenciadas.

Abertos o envelope de proposta, verificou-se que as licitantes KARAJÁS MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA e VALE DO CANAÃ CONSTRUTORA & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, apresentaram suas propostas em conformidade ao edital, ficando as mesmas classificadas.

Prosseguiu-se para fase de negociação, de modo que as empresas KARAJÁS MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA e VALE DO CANAÃ CONSTRUTORA & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP sagrou-se vencedoras dos respectivos itens.

Ato contínuo, foram abertos os envelopes de habilitação com a documentação das empresas vencedoras. No tocante aos documentos apresentados pelas empresas, percebe-se a comprovação de regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do artigo 27 da Lei de Licitações e Contratos, constatando-se da regularidade dos mesmos, razão pela qual foi adjudicado para as empresas KARAJÁS MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA e VALE DO CANAÃ CONSTRUTORA & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP.

Proferido o resultado do julgamento, o procedimento seguiu para análise da procuradoria geral que emitiu parecer conclusivo pela sua regularidade, opinando pela homologação do processo pela autoridade competente.

Publicado o resultado de julgamento, o processo seguiu para homologação pela autoridade superior, que após a publicação foi convocada as empresas vencedoras para assinatura da ata de registro de preços.

Consta ainda no processo a solicitação da contratação da empresa nos termos da Ata de Registro de Preços mencionada dentro do seu prazo de validade, bem como o termo de contrato conforme os termos legais.

O procedimento obedeceu aos termos da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e Decreto n.º 686/13 em todas as suas fases.

CONCLUSÃO

Assim, este Controle Interno conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 38, 40, 61 e demais aplicáveis da Lei n.º 8666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás – PA, 18 de Setembro de 2015.

Sarita Julião dos Santos
Responsável pelo Controle Interno
Portaria nº 009/2015-SAAE